



XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

Evento	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2023
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	As implicações do uso do ChatGPT por advogados: uma análise a partir dos deveres e das responsabilidades dos profissionais da advocacia
Autor	LÍVIA VICENTE PINHEIRO
Orientador	LISIANE FEITEN WINGERT ODY

O ChatGPT é ferramenta oriunda da Inteligência artificial capaz de formular resposta para qualquer questionamento, reunindo as informações que possui sobre o tema consultado, não se comprometendo com a veracidade do conteúdo e nem em referenciar as fontes. Nesse contexto, impressiona que cada vez mais profissionais da advocacia recorram à ferramenta para complementar ou potencializar o tempo empregado para o desenvolvimento do seu trabalho. Exemplo disso é o caso de um advogado, nos Estados Unidos, que utilizou o ChatGPT para busca de casos semelhantes ao do seu cliente. Os exemplos fornecidos, incluídos na petição pelo profissional, contudo, não foram verificados, tendo sido constatado, posteriormente, que os referidos casos não existiam e, portanto, haviam sido inventados pela ferramenta. A partir desse e de outros casos, percebe-se a importância da reflexão sobre a responsabilidade dos profissionais da advocacia, no âmbito brasileiro, pela utilização de ferramentas que prometem otimizar - e até substituir - o trabalho intelectual da categoria. Sabendo que a relação estabelecida entre cliente e advogado deve ser pautada pela confiança e que o profissional tem como dever informar e esclarecer o cliente quanto à estratégia traçada, a utilização do ChatGPT para o exercício da profissão é questão relevante atualmente, haja vista o reconhecido problema de confiabilidade da ferramenta. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a conduta do jurista que faz uso do ChatGPT e esclarecer acerca da responsabilidade de advogados que o utilizam para auxílio no suprimento de demandas contenciosas dos seus clientes. Além disso, na hipótese de danos causados ao cliente, questiona-se quais os pressupostos para a responsabilização do profissional. O trabalho se desenvolve por meio do método hipotético-dedutivo, a partir da análise legislativa e bibliográfica nacional. A pesquisa não apresenta, ainda, conclusões finais, mas a hipótese é que existe a possibilidade de responsabilização do profissional.